



**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA**  
**Gabinete do Presidente**

**Comunicado do Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa à notícia hoje publicada pela REVISTA VISÃO, sobre a distribuição de processos neste tribunal.**

Na qualidade de Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, em nome de todos/as os/as Juízes/as Desembargadores/as, não posso deixar de agradecer à Revista Visão e à Exm.<sup>a</sup> Jornalista, Sílvia Caneco, a correta citação das minhas palavras e a qualificação como “***principal tribunal superior do país***”, que aceito com humildade, como referindo-se ao muito trabalho que aqui é produzido e ao esforço pessoal dos/as Juízes/as Desembargadores/as, no cumprimento da sua missão de administração da justiça.

Em relação aos “**desconfiados**” com a distribuição de processos, que é feita neste Tribunal sob a minha responsabilidade pessoal, não posso deixar de esclarecer os órgãos de comunicação social e os portugueses do seguinte:

- 1) A distribuição de processos nesta Relação é feita através de programa informático comum a outros tribunais.
- 2) O universo dos/as Juízes/as Desembargadores/as a quem é distribuído um processo para julgamento de recurso é constituído por todos/as os/as que se encontram em exercício de funções.
- 3) Se algum dos/as Juízes/as Desembargadores/as, por razões legais várias, não puder entrar nesse sorteio, a decisão do presidente que o determina é reduzida a escrito.
- 4) No que respeita ao Processo Penal, faz parte do conhecimento comum dos intervenientes na justiça que está muitas vezes presente a apetência por um JUIZ MAIS FAVORÁVEL, que muitas vezes será um Juiz menos exigente na análise dos pressupostos da prisão preventiva, menos exigente com a legalidade de atos de



**TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA**  
**Gabinete do Presidente**

investigação criminal, com a realização de buscas e apreensões, com a realização de interrogatórios, mais contemporizador com provas fracas ou inválidas, etc.

5) Tal propensão, legalmente desviante, não obsta a que devam ser mantidas as regras base nesta matéria, a saber, que:

**A) O juiz é o que resulta da lei, o juiz natural.**

**B) A parte, seja ela qual for, não tem o direito de escolher, sugerir ou influenciar a escolha do juiz.**

6) Infelizmente, as paixões pessoais e os interesses envolvidos em certos processos mediáticos parecem ser de tal grandeza que esses princípios são esquecidos, subindo à tona de água a vontade, subliminar, de **escolher o Juiz**.

7) Enquanto presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, no exercício das minhas competências, tudo farei para que em nenhum processo, a acusação ou a defesa possam escolher o/a Juiz/a Desembargador/a que mais lhes convém ou afastar aquele/a que lhes possa ser mais desfavorável.

8) O Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa aproveita o ensejo para manifestar aqui o seu apreço pelo futebol português, pelos seus clubes, adeptos, dirigentes e declarar que comunga com todos a ideia de que as vitórias devem ser conquistadas no campo e não na secretaria.

9) E porque na Relação de Lisboa trabalham funcionários que são adeptos fervorosos dos seus clubes, não pode deixar de assegurar aqui a todos os portugueses que os mesmos se manterão afastados da tramitação dos processos que respeitem aos clubes do seu coração.

Lisboa, 9 de março de 2017.

O Presidente do Tribunal da Relação de Lisboa

(Orlando Santos Nascimento)